



08 de Fevereiro de 2021

Para: Jonathan Dunn - Diretor de Política Internacional e Planejamento

Prezado Sr. Dunn,

Em nome da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e da Amazon Watch, agradecemos a [resposta enviada ao Business and Human Rights Resource Centre](#), e os esclarecimentos prestados acerca da abordagem da Anglo American com relação aos territórios indígenas. Diante das informações oferecidas em sua carta, que complementam [o documento enviado ao BHRRC em 20 de novembro de 2020](#), gostaríamos de oferecer esclarecimentos adicionais de nossa parte, e levantar algumas questões sobre as informações encaminhadas pela Anglo American.

Impacto de mudanças legislativas sobre a proteção das terras indígenas no Brasil

Em sua resposta, a Anglo American afirma que todas as mudanças legislativas que afetam direitos indígenas devem ser feitas em consulta aos povos e às comunidades potencialmente afetadas, e que tais consultas devem considerar a “diversidade das comunidades e suas aspirações”.

No entanto, a empresa precisa reconhecer que a principal mudança legislativa em pauta nesse tema, o Projeto de Lei (PL) 191/2020, retira de forma falaciosa o poder de veto dos povos indígenas com relação à exploração de seus territórios, submetendo-a à aprovação do próprio Presidente da República, após uma consulta meramente protocolar aos povos e às comunidades. Além disso, nos termos do PL, se a Terra Indígena objeto de exploração não estiver com a sua demarcação já homologada por decreto presidencial, as comunidades ocupantes não precisam nem sequer serem ouvidas.

A medida, se aprovada, fere os [princípios constitucionais brasileiros](#) que garantem a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, o seu usufruto exclusivo das riquezas do solo e a consulta a esses povos em caso de pesquisa e a lavra das riquezas minerais; e as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil, especialmente a [Convenção 169 da OIT](#). Além disso, ela está em total dissonância com os princípios que a Anglo American afirma seguir, detalhados em suas diferentes políticas. A Anglo American, como empresa que opera no Brasil e uma das maiores mineradoras do mundo, e que assumiu um vasto conjunto de princípios socioambientais e de respeito aos defensores de direitos humanos, não pode se omitir diante de uma ameaça dessa magnitude aos povos indígenas do Brasil, sob o risco de se tornar cúmplice dessas violações e dessa destruição. Inclusive, como associada do Instituto Brasileiro de Mineração, a Anglo poderia ter um papel pioneiro ao abrir a



discussão com outras empresas do setor sobre os riscos representados pelo PL 191 e expor opinião contrária a sua aprovação, no momento em que o governo Brasileiro decide dar prioridade à tramitação da medida, mas escolhe não fazê-lo. Por isso, para nós, a afirmação de que a Anglo American é **“incapaz de se comprometer em descartar quaisquer atividades minerárias em terras indígenas no Brasil”** é inaceitável.

Sobre o direito à consulta prévia, livre e informada de povos indígenas e comunidades afetadas pelas atividades da Anglo American

Apesar de reconhecer a importância da Anglo American se pautar pelo direito de consulta e consentimento prévios, livres e informados das comunidades em atividades que possam impactar suas terras, inclusive respeitando o direito dessas comunidades de vetarem atividades de mineração em suas terras, consideramos importante apontar situações nas quais essas garantias não estão sendo devidamente respeitadas, seja com povos indígenas ou outras comunidades afetadas por suas atividades. A postura da Anglo American diante das comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio, por exemplo, ao descumprir a medida condicionante para a aprovação da Licença Operacional da ampliação da mina do Sapo, e [ao tentar impedir o direito de manifestação dessas comunidades por meio de intimidação judicial](#), mostra que o discurso e a prática da Anglo American com relação ao processo de consulta prévia estão em descompasso muito maior do que o sugerido pela empresa.

É por isso que vemos com grande preocupação a informação de que, ao contrário do que foi afirmado em nota ao BHRRC em novembro de 2020, a Anglo American e suas subsidiárias seguem com requerimentos para pesquisa mineral que impactam terras indígenas. Especificamente na TI Sawré Muybu, a Anglo American afirma aguardar resposta da Agência Nacional de Mineração para retificação das áreas de prospecção em três processos ainda em aberto (850.239/2019, 850.243/2019 and 850.238/2019).

Se já é de conhecimento da mineradora que tais requerimentos estão em áreas sobrepostas a uma terra indígena, no espírito de respeito ao direito de consulta aos povos afetados já na fase de pesquisa mineral, quais têm sido as medidas da Anglo American para consultar os Munduruku que vivem nesta região?

O povo Munduruku, por sua vez, já deixou clara a sua posição com relação à mineração em diversas ocasiões. Esses posicionamentos podem ser lidos na [Carta do Povo Munduruku da região do Rio Cururu, Anipiri, Rio Tapajós e Kajerid para exigir o fechamento dos garimpos no Território Munduruku](#), de setembro de 2020, e mais recentemente na declaração da [Assembleia da Resistência do Povo Munduruku](#), realizada em dezembro de 2020. Em ato recente, de 16 de janeiro, organizado na aldeia Sai Cinza, em Itaituba (Pará), os Munduruku mais uma vez se posicionaram contra a entrada da Anglo American no território



indígena de Sawré Muybu. Os Munduruku consideram a mineração e a presença de grandes mineradoras sobre suas terras, a exemplo da Anglo American, como ameaças de grande impacto aos seus territórios e às comunidades. Uma ameaça ainda mais considerável para as áreas cuja demarcação ainda não foi homologada, como é o caso da TI Sawré Muybu.

Os requerimentos para pesquisa mineral aumentam a pressão sobre esses territórios ao gerar expectativa em outras empresas e atores locais, levando à especulação, mesmo quando não resultam na efetivação da exploração. Neste contexto, apenas esperar que a ANM "retifique" os requerimentos não é suficiente. Acreditamos que a responsabilidade recai sobre a Anglo American para reconhecer as graves ameaças enfrentadas pelos Munduruku e retirar, de forma pública, os pedidos de pesquisa mineral com sobreposição ou que impactem diretamente a TI Sawré Muybu. Nas palavras da liderança e guerreira Munduruku, Alessandra Korap Munduruku: **“Estamos sim aqui dentro e vamos continuar aqui. Fora Anglo American! Demarcação Já! O povo vai continuar resistindo.”**

Sobre os requerimentos de pesquisa mineral em terras indígenas

Além das informações sobre os requerimentos que incidem sobre a TI Sawré Muybu, agradecemos pelo envio de esclarecimentos adicionais sobre os 25 requerimentos de pesquisa mineral da Anglo American que ainda constam na base de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) e seus respectivos status. Reconhecemos o desafio junto à ANM para que sua base de dados reflita as atuais intenções da empresa, e estamos em contato com a Agência para obter mais informações e pressionar por essas atualizações.

A Anglo American reconhece que a ANM não tem sido capaz de alterar informações que datam do início dos anos 2000. A situação de incerteza causada pela Agência já foi alvo de ações do Ministério Público Federal, [que chegou a bloquear solicitações da Mineração Tanagra](#) (subsidiária da Anglo American) que se sobrepunham a reservas indígenas em Rondônia, em 2018. Ou seja, a Anglo American está amplamente ciente das limitações do processo de requerimento de pesquisa mineral, e exatamente por isso, cabe a ela garantir que nenhum novo pedido de pesquisa com sobreposição a terras indígenas seja protocolado, e que aqueles cuja retirada já foi protocolada na ANM não sejam retomados no futuro. Isso vale também para suas subsidiárias, independente do tamanho da participação societária da Anglo American nelas.

Sobre os três pedidos da Mineração Tanagra que se sobrepõem às terras indígenas Yanomami (880.313/1984, 880.314/1984 e 880.315/1984), e que foram recentemente retificados pela ANM, também nos parece fundamental conhecer as ações da Anglo American para consulta dos povos afetados pelo



novo traçado proposto pela Agência, assim como pelo estabelecimento de atividades minerárias na região.

Sr. Dunn, diante de tudo que já foi exposto acima, enquanto acreditamos que esclarecer essas questões é importante para o diálogo que a Apib e a Amazon Watch pretendem empreender com a Anglo American, queremos reiterar que nossa posição se mantém a mesma. Aguardamos pelo novo posicionamento da Anglo American, que deve ser apenas um para os povos indígenas: **comprometer-se publicamente a não minerar em territórios indígenas no Brasil**, e retirar **todos** os pedidos para explorar minérios em territórios indígenas, em alinhamento com seus compromissos de direitos humanos e proteção da biodiversidade.

Por fim, gostaríamos de expressar nosso desejo de reunirmo-nos com a Anglo American para esclarecer as demandas do movimento indígena no Brasil e de comunidades indígenas potencialmente impactadas pela mineradora; e para construir soluções concretas para alguns dos problemas que apresentamos acima. Nossa sugestão de data mais próxima para essa reunião é para a primeira semana de março. Na ocasião, também entregaremos os resultados da ação que empreendemos com nossos parceiros e aliados na sociedade civil, uma petição que urge à Anglo American a retirar seus pedidos para exploração de minério em territórios indígenas. Aguardamos a confirmação de sua disponibilidade para seguirmos com o agendamento da reunião.

Atenciosamente,

Sonia Guajajara

Coordenadora Executiva da APIB

Luiz Eloy Terena

Assessor Jurídico da APIB

Ana Paula Vargas

Gerente de Programas para o Brasil da Amazon Watch